



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638601 - MG (2021/0001357-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : ELIAS ABDALA TAUIL
ADVOGADO : ELIAS ABDALA TAUIL - MG038371
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : P L A J
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de P. L. A. J. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.551380-7/000).

O paciente encontra-se preso preventivamente desde 10/6/2020, pela suposta prática dos delitos de estupro e ameaça, e até a presente data ainda não ocorreu o encerramento da instrução criminal.

Nesta via, o impetrante sustenta excesso de prazo na instrução processual, pois o acusado está preso há mais de 90 dias, sem que esteja encerrada a instrução criminal, o que, por si só, já denota a ilegalidade da segregação cautelar em razão do excesso de prazo.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva, a fim de que o paciente aguarde em liberdade término da ação penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente